

PERCURSOS PROFISSIONAIS JUVENIS: EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES

Mariléia Maria da Silva (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

Letícia Vieira (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

Pâmela Regina Jung (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

Apoio Financeiro: UDESC

No presente artigo procuramos apreender as experiências, necessidades e expectativas que configuram a representação dos jovens egressos do Programa “Consórcio Social da Juventude”, localizado em Florianópolis, a respeito do universo do trabalho e sua inserção profissional. Buscamos explicitar, ainda, em que medida a estrutura familiar dos sujeitos investigados, bem como a participação destes em programas voltados para a inclusão profissional dos jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”, interfere na configuração de sua inserção profissional. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo qualitativo, por meio de entrevistas com 11 egressos deste programa. Os principais resultados da pesquisa indicam que o ingresso prematuro dos jovens no mercado de trabalho se dá por diversas necessidades, sendo insuficiente apontar apenas a baixa renda familiar, ainda que esta seja um aspecto determinante. Destacamos também que a maioria dos jovens já deu início à constituição de suas próprias famílias, o que agrava a precariedade da situação. No entanto, reafirmam a importância do trabalho em suas vidas.

Palavras-Chave: Jovens, Percursos Profissionais, Inserção Profissional, Família

PERCURSOS PROFISSIONAIS JUVENIS: EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES

INTRODUÇÃO

Este artigo¹ tem como propósito analisar os percursos profissionais dos egressos do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis, cujo objetivo é o de promover a qualificação dos jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”, visando sua qualificação e inserção profissional. Procuramos apreender as experiências, necessidades e expectativas que configuram a representação dos jovens egressos desse programa, a respeito do universo do trabalho e sua condição de trabalhador. Buscamos ainda, explicitar em que medida a estrutura familiar dos sujeitos investigados, bem como a participação no programa interfere na configuração de sua inserção profissional. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo qualitativo, por meio de entrevistas com 11 egressos deste programa.

Em Florianópolis, o “Consórcio Social da Juventude” - uma ação do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego (PNPE) - hoje extinto, recebeu a denominação de “Projeto Aroeira”, vinculado ao Centro Cultural Escrava Anastácia em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. O programa foi implantado com o objetivo de oferecer qualificação profissional aos jovens pobres e com baixo nível de escolaridade, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho. A qualificação profissional destes indivíduos, via programa, era realizada por meio de atividades que os capacitassem para atuar em alguns segmentos do mercado de trabalho. No elenco dos cursos ofertados encontram-se: Confecção e Moda, Agentes de Comunicação, Agentes de Inserção, Soluções de Informática, Panificação, entre outros.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. Em um primeiro momento, fizemos uso de um questionário estruturado para obter informações pessoais, tais como idade, escolaridade do jovem, dos pais e número de irmãos, local de trabalho, e experiências profissionais. Posteriormente, realizamos entrevistas individuais, não-estruturadas. Buscamos no modelo de entrevista compreensiva, a promoção de uma situação de maior naturalidade possível na qual o depoente pudesse “convencer” o interlocutor de suas posições. Conforme Michelat (1985): “A *liberdade* deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista” (p. 193).

Entendemos que a combinação entre a abordagem quantitativa e qualitativa nos permitiu uma avaliação mais completa do percurso profissional desse público, considerando, simultaneamente, as variáveis objetivas como sexo, idade, escolaridade, renda, origem étnico-racial e as variáveis subjetivas como identidade profissional, trajetórias, expectativas de futuro, dificuldades e estratégias de inserção.

Os jovens, o trabalho e a família

Para Barbosa et al. (2008) a carência financeira familiar é o fator determinante para a busca pelo primeiro emprego juvenil. Corrochano (2008), ainda que não considere a pobreza como único fator predominante no que diz respeito à urgência dos jovens em trabalhar, afirma

¹ Vinculado ao Projeto de Pesquisa: “A inserção profissional de jovens assistidos por ONGs: um estudo dos frequentadores do Projeto Aroeira”, desenvolvido no Centro de Ciências Humanas e da Educação/UDESC.

que a juventude pobre começa a trabalhar mais cedo e, em muitos casos, abandona os estudos. Nossos entrevistados ilustram esta condição:

Então eu sempre corri atrás de muita coisa assim pra eu nunca ficar meio parado. Acho que até por isso não consegui terminar meu estudos nada, depois tive que sair do colégio pra trabalhar, até por motivos sei lá, fúteis no caso, que não vem ao caso agora, mas acho que, sei lá. (Leonardo², 22 anos).

Depois eu saí da firma, né? Eu saí. Que daí eu queria estudar. Eu queria vim pro IPC, estudar e continuar trabalhando, né? Daí eu tive até que sair daqui, pra poder começar a trabalhar. E pra porque daí ficava muito difícil pra mim estudar e trabalhar e vim pra cá, né? Daí eu só fiquei co trabalho e estudando. Foi onde eu terminei o Ensino Fundamental. (Angela, 19 anos).

A trajetória escolar desses jovens, freqüentemente interrompida, não pode ser percebida como um ato de desconsideração sobre o valor da escola, sobretudo quando creditam aos estudos a possibilidade de ascensão social. De acordo com Paixão (2005)

Há evidente relação entre capital escolar dos pais e chances de sucesso escolar dos filhos. Pais mais escolarizados têm mais capital cultural, compreendem o sistema educacional, fazem escolhas sobre o tipo de instituição e de professores que propiciam escolaridades consideradas de sucesso para seus filhos [...] Há um outro fato menos explorado: os filhos tendem a ver a escola influenciados pelo olhar e sentimentos que os pais lhes transmitem de sua própria passagem pelo sistema de ensino. (p. 149).

Para a autora as camadas sociais não dominantes têm dificuldades de seguir uma trajetória escolar regular e longa, pois esta depende de pré-requisitos que estão fora de seu do universo cultural. Visto isso, e tomando como ponto de partida para análise o nível de estudo alcançado pelos pais dos jovens por nós investigados, torna-se possível afirmar que a falta de escolaridade dos mesmos reflete de forma direta na formação social dos filhos. Conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Escolaridade dos pais

Entrevistado	Pai	Mãe
Leonardo	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto
Maria	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo
Antônio	Ensino Médio Completo	Ensino Fundamental Incompleto
Ângela	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto
Amanda	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo
Larissa	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto

² Para preservar a identidade do (as) entrevistado (as) optamos por utilizar nomes fictícios.

Rafaela	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo
Clarissa	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo
Luana	Ensino Fundamental Incompleto	Analfabeta
Marli	Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto
Anselmo	Não respondeu	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Elaboração das autoras.

A ausência desse capital cultural certamente terá implicações na qualificação profissional dos jovens. Porém, não pode ser tomado como pressuposto para explicar a desigualdade social. Aderir a essa perspectiva significa culpabilizar a própria vítima. É preciso, concordando com Segnini (2000), ultrapassar a visão instrumental entre educação e trabalho e entender que:

As contradições [...] sobre a relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho (e do desemprego) possibilitam, em primeiro lugar, reafirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades (p.79).

Neste sentido, cabe citar que, estes jovens, devido à sua necessidade de ganho salarial para sustento próprio, familiar e o consumo de bens e serviços ligados ao segmento juvenil, são forçados a entrar precocemente no mercado de trabalho. A antecipação desta entrada acarreta em prejuízos na formação destes sujeitos, uma vez que abandonam o ambiente escolar e substituem tal espaço por empregos que oferecem pouco retorno financeiro e, por vezes, nenhum reconhecimento social.

O precoce abandono da escola e/ou a dificuldade de continuidade do percurso escolar básico são facilmente evidenciados ao efetuarmos uma análise, ainda que superficial, acerca dos dados colhidos na pesquisa. Dos 11 jovens entrevistados, apenas quatro concluíram o ensino médio e somente dois relataram ter ingressado no ensino superior, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Escolaridade dos entrevistados

Entrevistado	Escolaridade
Leonardo	Ensino Médio Incompleto
Maria	Ensino Médio Completo
Antônio	Ensino Médio Completo
Ângela	Ensino Médio Incompleto
Amanda	Ensino Médio Completo
Larissa	Ensino Fundamental Incompleto

Rafaela	Superior Incompleto
Clarissa	Ensino Médio Completo
Luana	Ensino Fundamental Incompleto
Marli	Ensino Médio Incompleto
Anselmo	Superior Incompleto

Fonte: Elaboração das autoras.

Além do que diz respeito ao campo econômico e a influência que o capital cultural familiar exerce sobre a escolarização destes sujeitos, faz-se necessário dar ênfase a um fator considerado de relevante importância no que concerne a abordagem dos motivos da pouca escolaridade destes jovens: trata-se do conflito entre as práticas socializadoras das instituições educacionais e as práticas das famílias empobrecidas. Sobre esta relação conflituosa, Thin (2006) afirma que

As relações produzidas pela escolarização revelam sujeitos sociais cujas práticas socializadoras são muito diferentes, frequentemente contraditórias, entreteidas por lógicas antinômicas: de um lado, os professores, cujas lógicas educativas fazem parte daquilo que chamamos modo escolar de socialização; do outro, famílias populares com lógicas socializadoras estranhas ao modo escolar de socialização. Não é, portanto, somente o capital cultural ou o capital escolar que estão em jogo; é o conjunto das práticas socializadoras das famílias que estão implicadas nas relações entre os pais e os professores, e essas práticas devem ser compreendidas por sua distância do modo escolar de socialização, mais do que pelo capital escolar dos pais. (p. 03).

Thin (2006), ao discorrer sobre a origem dos conflitos presentes nesta relação, afirma que as práticas e lógicas escolares tendem a se impor às famílias populares. Além disso, aborda fatores que dificultam estas relações, visto que, segundo ele, os pais dominam mal as regras da vida escolar, e, principalmente, têm um sentimento de ilegitimidade de suas práticas e de legitimidade das práticas dos professores.

Neste sentido, cabe citar, ainda, a análise realizada pelo autor acerca da diferença existente entre a temporalidade pertencente a cada um destes pólos. Segundo ele, a escola pertence a “um mundo de regularidade temporal, marcado tanto pelos horários e calendários escolares como pela sucessão de atividades pedagógicas organizadas de acordo com os empregos do tempo” (THIN, 2006, p.11). Portanto, fica evidente a diferente temporalidade a que as famílias destes jovens pertencem e as conseqüências ocorridas devido a esta distinção.

Ao analisarmos o perfil dos jovens investigados, além da questão da baixa escolaridade, outro aspecto a destacar, reside no fato de que, a quase totalidade da amostra já deu início à constituição da própria família, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3 – Idade e número de filhos

Entrevistado	Idade	Nºde Filho
Leonardo	22	2
Maria	21	1
Antônio	20	0
Ângela	19	1
Amanda	21	1
Larissa	22	3
Rafaela	23	1
Clarissa	23	1
Luana	35	8
Marli	26	2
Anselmo	21	0

Fonte: Elaboração das autoras.

Ou seja, dos 11 entrevistados, com idades entre 19 e 35 anos, apenas dois homens ainda não eram pais e todas as mulheres já haviam tido filhos. Assim, à visível fragilidade perante a escola deve-se somar o urgente desafio de sustentar a prole. O depoimento abaixo é bem revelador:

Isso, ai ele (pai) sempre quis que eu me dedicasse mais ao estudo. Tanto é que se eu não tivesse me casado (tido filho), é bem provável que eu estaria numa faculdade agora. Que era isso que o meu pai queria pra mim né. (Amanda, 21 anos).

O histórico de reprodução da miséria parece atravessar as gerações, e seus contornos tornam-se ainda mais perversos quando se observa a questão de gênero. Algumas das jovens entrevistadas relatam as dificuldades em conseguir emprego no período em que estavam grávidas, e nem sempre demonstram clareza sobre os seus direitos trabalhistas. Segundo as entrevistadas:

Comecei a trabalhar com 16 anos, foi no estágio. Fiquei um bom tempo lá, me ajudou bastante e eu tive que sair porque o contrato acabou. Daí eu comecei a trabalhar em lanchonete, restaurante, pra me sustentar melhor né? Porque eu queria mais independência, não queria depender tanto dos meus pais e daí enfim, fiquei anos trabalhando nisso e daí eu engravidei, e não tinha mais como trabalhar ‘né’, por causa da gravidez ninguém me pegava [...] ninguém dá emprego pra grávida, não é sustentável pra eles”. (Maria, 21 anos)

Eu saí mesmo porque eu tava grávida e a moça não, ela disse pra eu não trabalhar, mando eu saí porque eu tava grávida da outra minha filha de dezesseis anos, tá com dezesseis anos já. Aí eu saí, por isso que eu saí, porque eu tava grávida, não podia trabalha grávida. (Luana, 35 anos).

Segundo o depoimento das entrevistadas, após ser finalizado o período de gestação, o obstáculo passa a residir na dificuldade de encontrarem instituições ou pessoas com disponibilidade para cuidar de seus filhos enquanto cumprem a jornada de trabalho.

Ela tem um ano, e daí ela não tem pai, mãe solteira é difícil, arranjar uma babá que cobre barato, de confiança... O berço ta aqui eu trazia ela todo dia pra cá, então era cansativo porque eu chegava aqui de manhã, daí tinha que acordar ela, ela chorava, era bem cansativo né. (Maria, 21 anos).

Outra entrevistada, mãe de três filhos, afirma ter encontrado as mesmas dificuldades em ter acesso a um estabelecimento que cuidasse de seus filhos:

Até pela condição de deixar meus filhos com alguém, porque tinha que pagar. Aí quando consegui creche que eu comecei a trabalhar. Foi no ano retrasado que passou, que eu consegui acho que os dois. Porque não tinha ninguém pra cuidar deles assim e não tinha condições de pagar. Porque pagava aluguel. Que nem agora, agora essa aqui é minha casa né? Essa daqui né? Que eu e meu marido nós ‘compromo’. Aí agora ficou mais fácil porque tem a creche, tem né como a gente se estabelecer melhor. [...] é quando ele for pra creche, o ano que vem em fevereiro, os três vai junto e eu começo.. já vou pensar em trabalhar já. (Larissa, 22 anos, referindo-se ao filho mais novo).

A expansão da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo nas últimas décadas, combinada à escassez de políticas públicas, obriga as mães a buscarem “alternativas” que nem sempre são fáceis, pois, geralmente, são responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela manutenção da ordem doméstica. Segundo Sorj et. al. (2007, p. 574) “o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e qualidade da inserção feminina, sobretudo das mães”.

Ainda que o acesso a pré-escolas e creches tenha crescido progressivamente e de forma significativa, nota-se que existe uma grande dificuldade por parte das mulheres pertencentes às camadas sociais empobrecidas, em encontrar uma instituição para deixar seus filhos durante sua jornada de trabalho.

Para as autoras citadas, as políticas públicas destinadas à educação infantil, sem dúvida, causam repercussões importantes em todos os segmentos sociais no que se refere à ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, com impacto na renda e na dilatação da jornada de trabalho. No entanto, são as famílias mais pobres que dependem quase que exclusivamente de tais políticas. Para os grupos privilegiados esta necessidade é plenamente saciada com a contratação de empregadas domésticas no período oposto ao da escola ou creche que os filhos frequentam, prática esta, por sua vez, incompatível com a realidade de nossas entrevistadas.

Da mesma forma que conciliar a jornada de trabalho, a maternidade e os afazeres domésticos implica em prejuízos em sua condição de mulher, mãe e trabalhadora, em um contexto de precarização de políticas sociais, outro agravante deve ser mencionado, qual seja, a eterna necessidade de adiar os planos futuros relacionados à qualificação para o trabalho. O depoimento a seguir é ilustrativo:

Depois que o meu filho cresce pra depois eu faze isso. Falta eu estuda e depois “faze” um cursinho e começa minha vida nova [...] Falta mais tempo pra ficar com o bebê né, que ela “ta” com um meizinho só. Não tem como “deixa” ela sozinha agora pra estudar a noite, que ai é trabalho e aula, enquanto ela ta mamando não dá né. (Clarissa, 23 anos).

O trabalho como necessidade versus o trabalho como realização

As reflexões em torno das possibilidades reais de ingresso de jovens com baixa escolaridade no mercado de trabalho, sobretudo na presente década, têm sinalizado o crescimento das dificuldades de absorção de um contingente nada desprezível dessa força-de-trabalho (POCHMMAN, 1998, 2000; SILVA, 2004) o que tem contribuído para alimentar o debate em torno da configuração de políticas públicas voltadas para a juventude, especialmente àquelas que pregam a necessidade de uma escolaridade e/ou formação profissional mais adequadas aos requerimentos produtivos.

As “soluções” apresentadas, em certa medida, operam tanto no fortalecimento do discurso do investimento individual (cada qual deve buscar a sua empregabilidade) quanto no direcionamento de parcerias entre a sociedade civil, representadas pelas ONGs, e o Estado para atender especialmente aos jovens considerados em situação de riscos social.

È neste sentido que, conforme Silva e Andrade (2009), um amplo processo de diálogo tem início no Brasil a partir de 2004, em que é notório o entendimento por parte do governo e dos movimentos sociais sobre a necessidade de se implantar uma política de juventude no país. Naquele momento o que parecia estar em jogo era a árdua tarefa de pensar políticas que objetivassem a garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentadas para os jovens, bem como possibilitassem oportunidades de inserção social dos jovens com vista ao processo de integração nas diversas esferas sociais.

Mas é preciso ponderar, conforme Rummet (2008), que as políticas destinadas aos jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados têm operado pela construção e manutenção de uma hegemonia que preserva a atual divisão social do trabalho. Ou seja: “não é outra a razão pela qual as forças dominantes se valem, permanentemente, de estratégias de conformação à ordem e de captura das aspirações e reivindicações da classe trabalhadora, muitas vezes organizativas de movimentos sociais, com o fito de manter em níveis satisfatórios a situação de controle social” (p.178).

Compreendemos que as “ditas” políticas públicas para a juventude, especialmente aquelas relativas ao processo de inclusão social, seja pelo trabalho ou pela ampliação do nível de escolaridade, indicam uma vinculação muito maior à manutenção de uma determinada ordem social do que a busca por caminhos, cujo horizonte vislumbrado seja a emancipação humana.

Um exemplo disso pode ser percebido quando se analisa a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mais precisamente o artigo 403, que veta o emprego de menores de 16 anos de idade, e impõe o mínimo de 14 anos para as atividades de aprendiz. Mesmo assim o país registra altos índices de trabalho infantil informal e ilegal. Segundo Corrochano (2008):

pouquíssimos os jovens entre 14 e 15 anos que se encontram em uma relação de aprendizagem formalizada. A quase totalidade do grupo de quase um quarto (23%) dos indivíduos dessa faixa etária inseridos no mercado de trabalho estão, portanto, em situação ilegal. (p.19).

Nos relatos dos jovens entrevistados temos a confirmação desta afirmativa, muitos deles relataram que já trabalhavam em estágios ou empregos informais antes de conhecer o “Projeto Aroeira” ou mesmo depois dele.

Então pra falar bem a verdade eu já trabalho há muito tempo [...] bem antes de completar minha idade eu já trabalhava carregando carrinho lá em baixo, de supermercado, ajudando o pessoal na feira, sempre procurando fazer alguma coisa pra que ajudasse em casa, que sete irmãos não é brincadeira né? (Leonardo, 22 anos).

Há, eu comecei a trabalhar desde os meus quinze anos cuidando de uma senhora de idade, ela faleceu. (Marli, 26 anos).

Eu tava na época terminando o Ensino Médio e daí eu peguei um estágio [...] Hã...e daí no dia 15 de outubro de 2005 eu lembro que foi numa sexta-feira, eu faltei no estágio né, no, no trabalho lá pra poder ir pra primeira aula que eu assisti desse, do curso do Aroeira que foi a primeira vez que aconteceu. (Anselmo, 21 anos).

Percebe-se com isso que a função do estágio deixa de ser um momento de aprendizado e experiência para tornar-se uma fonte de renda que possibilite esse jovem satisfazer suas necessidades. Muitos desses jovens entrevistados justificaram sua procura por um emprego para garantir sua autonomia financeira, bem como pela necessidade de sustento material. As formas como ingressam no mercado de trabalho e nele permanecem, mesmo após se beneficiarem do “Projeto Aroeira”, são reveladoras de uma condição que tende a perpetuar-se. A série de depoimentos a seguir são bem ilustrativas:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não tem nada a ver mais tu tens que fazer se não tu perde o emprego, e é isso, algo cansativo assim, não é tão merecedor, mas tens que trabalhar porque precisas de dinheiro. [...] o que eu menos gostei em restaurante. É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha, não combinava. (Maria, 21 anos).

Uma coisinha melhor no momento que não limpe chão. Pode ser qualquer coisa. Pra mim. Recepcionista. Qualquer coisa menos que não limpe chão. É uma coisa melhor. [...] Ah em qualquer coisa. Só não de limpeza mais. [...] Porque a limpeza é muito humilhado. Nunca “tá” bom e as pessoas humilham muito. Entendesse? (Marli, 26 anos).

Diante das condições acima descritas, cabe indagar em que medida pode-se falar de inserção profissional dos jovens? Ser absorvido pelo mercado de trabalho em quaisquer condições significa estar inserido profissionalmente? Esta é uma questão que merece uma reflexão mais ampla. Conforme Silva (2009, p.87)

a noção de inserção profissional, em tempos de “flexibilização das relações de trabalho” – leia-se rebaixamentos salarial, contratos temporários, maior exigência qualificacional sem o equivalente de cargo e emprego – parece equivaler a simples inserção no mercado de trabalho. Em outros termos, estar inserido profissionalmente, condição cada vez mais difícil de ser alcançada, perde seu status e se reduz ao mero ingresso no mercado de trabalho. Essa equivalência de termos é um indicativo bastante evidente do quanto as condições de trabalho no capitalismo contemporâneo, sob o discurso da globalização, sociedade do conhecimento, entre outros, tornam-se ainda mais solapadas.

De toda forma, uma questão que tem sido ressaltada em vários estudos (CHARLOT e GLASMAN, 1999) é o fato de que a inserção profissional é um processo cada vez mais longo, até que se obtenha uma posição estabilizada no mercado de trabalho. Sabe-se que este processo, ao qual se referem os autores, tem se tornado cada vez mais árduo e penoso, sobretudo para os jovens pobres. É nesse cenário de dificuldades que devemos compreender os programas voltados para a inclusão profissional e a forte atração que estes exercem nos jovens, especialmente quando está em jogo alguma chance de ingresso no mercado formal de trabalho. Os jovens por nós investigados assim se referem ao “Projeto Aroeira”:

Um amigo meu que estudava comigo comentou que ele “taria” participando de um curso que depois de terminado o curso ele possivelmente seria encaminhado pro mercado formal, com carteira assinada e, e coisas assim né? Então eu pensei: Olha, interessante! (Anselmo, 21 anos).

A criação de postos de trabalho formal fazia parte de uma das metas do PNPE, em seu Termo de Referência de 2003, que estipula o comprometimento das entidades que promovem os cursos de formação de obter, no mínimo, o índice de 30% de inseridos no mercado de trabalho, do total de participantes que cursarem no mínimo 80% da carga horária dos cursos de formação. Vale ressaltar que para contemplar esse índice os jovens não precisam ser encaminhados para postos de trabalho formais, com carteira assinada e direitos trabalhistas assinados. O trabalho autônomo, a prestação de serviços, os serviços temporários, os estágios e o cooperativismo também são considerados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como válidos. (BARBOSA et. al, 2008). Conforme o mesmo autor “A inserção no mercado formal é uma das principais dificuldades apontadas pelos coordenadores das entidades pesquisadas, principalmente dos jovens que possuem baixa escolaridade e não têm experiência profissional” (p.55).

Nessa perspectiva, as cooperativas são citadas como uma qualidade do programa, e o vislumbre de poder gerenciar a própria força de trabalho foi valorizado na fala dos entrevistados. Algumas cooperativas não saíram do projeto, outras começaram a funcionar, mas logo foram extintas, e dentre os jovens que entrevistamos, apenas uma continua funcionando.

Nóis trabalhava no salão pra nós própria, entendesse?”(Marli, 26 anos, referindo-se a Cooperativa do Salão de Beleza – Extinta).

Hã então nesse período foi bastante construtivo pra mim. Aí o curso terminou em fevereiro de 2006, mas um pouco antes de terminar surgiu a

idéia de nós, a turma que tava ali, uma turma de mais ou menos 40 pessoas, hã terminar o curso de formação ali e, e, nos encaminhamos para construção de uma cooperativa de trabalho na área de informática. Todo mundo gostou da idéia e disse assim: “Olha só que interessante, né? Uma cooperativa. A gente vai trabalhar pra gente mesmo, não vai ser ninguém vai ser dono de nada, vai ser todo mundo junto e coisa e tal”. E a idéia agradou a todo mundo assim. Hã mais aí foi passando, passando, passando e foi ficando só na idéia, só na idéia, só na idéia, só na idéia, hã porque na verdade surgiu a idéia mas todo mundo era muito inexperiente nessa questão do, do chegar e de fato constituir uma cooperativa porque hã primeiro não é assim, né? (Anselmo, 21 anos, referindo-se ao projeto da Cooperativa de Informática)

Porque nós aprendemo muitas coisa boa. Muitas experiência boa. Só como a gente apredemo nossos curso, assim era bom, a gente não sabia nada, também tinha uma renda né, como a gente fazia o curso a gente tinha uma renda de cento e vinte todo mês e nós trabalhava no salão pra nós própria entendesse? Como a gente tem filho pequeno por mês o dinheiro é longe, é longo. Ali não toda a semana a gente tinha um trocadinho, setenta, oitenta, ai já ajudava mais. (Marli, 26 anos, referindo-se a Cooperativa de Salão de Beleza – Extinta).

Daí, como tinha acabado o curso, né, do Aroeira eu peguei e entrei pro serigrafia. Que ficou a cooperativa, né? Tinha o curso também que era...acho que era do Aroeira também, de serigrafia. Só que daí a...a serigrafia continuou. Montou uma cooperativa pra ela. Daí eu entrei na serigrafia [...] daí depois... Daí foi acabando a serigrafia. Agora fechou, né? Daí não tem mais. (Ângela, 19 anos, referindo-se a Cooperativa de Serigrafia – Extinta).

Nesse contexto cria-se um discurso que prega o empreendedorismo e a qualificação como os antídotos para a falta de emprego. Ou seja, a ilusão de que as vagas estão esperando pessoas qualificadas, criativas e empreendedoras. Só depende do esforço de cada um. O depoimento abaixo é eloquente:

Então o que assusta é realmente o fato de ah do desempregado, não tem emprego, não tem isso, não tem aquilo. Mas se a pessoa pára pra ser criativa, todo mundo é criativo, só não sabe que pode vender aquilo, né? Se a pessoa pára pra ser criativa, ela consegue vender qualquer coisa. Cê vê pessoas no centro vendendo quadrinhos, vendendo nada, sabe? Cê vê pessoas vendendo a, a exposição do corpo que é aqueles carinha que fica lá tipo estátua que você coloca, ele não ta esmolando, ele ta trabalhando, ele ta vendendo, né? Então assim acho que depende da pessoa ser criativa e, e colocar essa criatividade em prática. (Anselmo, 21 anos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente estudo, buscamos refletir sobre as condições profissionais dos egressos do “Projeto Aroeira”, um programa voltado para a inclusão social de jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Queremos inicialmente afirmar que nosso propósito não foi o de fazer uma avaliação do programa em termos de sua eficácia. Esta é, sem dúvida, uma tarefa importante que foge aos nossos objetivos e extrapola os limites deste

artigo. No entanto, ressaltamos que a presença do “Projeto Aroeira” na vida destes jovens é extremamente marcante, e ousamos dizer que, em certos casos, constituiu-se como “um divisor de águas” em termos de “espaço de escuta” e de sociabilidade.

O estudo aqui apresentado caminhou no sentido de dar visibilidade às falas de determinados sujeitos que, por razões históricas, encontram-se na invisibilidade. São jovens desde sempre trabalhadores, que eventualmente estudaram ou estudam, que lutam todos os dias pela sobrevivência. Assim, o “Projeto Aroeira” serviu apenas como uma porta de entrada para acessar os sujeitos da pesquisa.

O trabalho foi o eixo condutor das entrevistas, tanto em sua acepção restrita, relacionada ao vínculo empregatício, quanto em uma acepção ampla, entendida como categoria analítica central para a compreensão das relações sociais. Partindo dessa perspectiva, entendemos que os principais resultados apontaram para a importância do trabalho na vida desses jovens, seja como meio de prover sua sobrevivência, seja como lugar – ainda que longínquo para alguns – de realização pessoal. Isso, sobretudo, quando experimentam as cooperativas de trabalho, que, em nosso entender, configuraram-se para os jovens como possibilidade de exercer autonomia no trabalho, mas, ao mesmo tempo, criam uma expectativa de sucesso profissional ilusória, uma vez que tais iniciativas dificilmente conseguem suplantar a lógica indestrutível das relações capitalistas, podendo restar aos jovens apenas a sensação de incompetência.

Também ressaltamos que os jovens por nós investigados tendem a reproduzir a sua condição social de origem. Aqui verificada pelo baixo nível de escolaridade – embora ascendente quando comparado ao de seus progenitores –, por se constituírem como força de trabalho em condições altamente precarizadas e por evidenciar a fragilidade da presença feminina no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, C. S., DELUIZ, N. Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego em Discussão. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, jan./abr. 2008.

CHARLOT, B. GLASMAN, D. (coord.). **Les jeunes, L’insertion, L’emploi**. 2 ed. Paris: PUF, 1999.

CORROCHANO, M. C. et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4 ed. São Paulo: Pólis, 1985.

PAIXAO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.35, n. 124, p. 141-170, 2005.

POCHMAMN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998. (Coleção ABET - Mercado de trabalho, v.6).

RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, jan./jun. 2008.

SEGNINI, R. P. L. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n.2, p. 72-81, 2000.

SILVA, E. R. A. e ANDRADE, C. C. A Política Nacional De Juventude: Avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. et. al. (org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 41-70.

SILVA, M. M. **Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho**. 2004. 236 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

_____. A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional. **Revista Educação em questão**, Natal, v. 35, n. 21, p. 74-97, maio/ago.p, 2009.

SORJ, B., FONTES, A. MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n.132, p.573-594, dez. 2007.

THIN, D. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 11, n. 32, p. 211-225, 2006.